



SENADO FEDERAL

Formulário

**INFORMAÇÃO COM RESTRIÇÃO DE ACESSO DE ORIGEM EXTERNA**  
**FIRA CIPREV Nº01/ 2017**

IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Produtor: Tribunal de Contas da União

Descrição: Encaminha cópia do Acórdão nº 930/2017 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), proferido pelo Plenário do TCU, ao apreciar o TC 010.783/2017-2, da relatoria do Ministro José Múcio Monteiro, que trata da Solicitação do Congresso Nacional originária do Ofício 25/2017-CIPREV. Parte da documentação, por conter informações bancárias, foi classificada pela fonte como SIGILOSA, de acesso restrito aos membros da Comissão.

Destinatário: CPI da Previdência

Forma de envio: Documentação enviada pelo órgão de origem em resposta a solicitação prévia

Documento interno que veiculou a solicitação, ser for o caso: Ofício nº 025/2017-CIPREV

Data de recebimento: 22/5/2017

Data de produção: 22/5/2017

Número do processo ou dossiê no qual o documento está inserido, se for o caso: DOC 043/ 2017

ESPÉCIE DE RESTRIÇÃO DE ACESSO

a. ☐ Informação classificada no órgão de origem nos termos da Lei n. 12.527/2011

Grau: Escolher um tipo.

Prazo: Escolher um item.

Data em que a informação se tornará pública: \_\_/\_\_/\_\_

Nome da autoridade responsável pela classificação na origem: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

b. ☐ Informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem

Prazo: \_\_\_\_\_

c. ☒ Sigilo legal: Bancário

Se outro, especificar: \_\_\_\_\_

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei Complementar 105/2001; c/c os arts. 5º, §4 da Resolução-TCU 254/2013

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE RECEPTORA DO DOCUMENTO

Nome: Marcelo Assaife Lopes

Cargo: Técnico Legislativo – Processo Legislativo / Secretário de Comissão

OBSERVAÇÕES:

A parte sigilosa se refere ao TC 005.335/2015-9 e ao TC 008.389/2016-0

---

#### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

---

1. No campo “descrição”, descrever o(s) documento(s) de modo que se possa individualizá-lo(s).
  2. No campo “destinatário”, identificar o órgão interno do Senado Federal ao qual o documento foi dirigido.
  3. O órgão credenciador é o órgão responsável pelo preenchimento desta ficha, e, conseqüentemente pela certificação do caráter sigiloso do(s) documentos(s) recebidos do órgão externo.
- 

Brasília-DF, 31 de outubro de 2017

---